

Silêncio, hospitais do DF. Antevisão do caos

FERNANDO PINTO

Tentar desmentir o preconceito jocoso de que o melhor médico de Brasília é a ponte aérea, velha piada atribuída à mineirice do então senador Magalhães Pinto. Dinamizar a rede de saúde através de uma descentralização administrativa, tornando-a mais eficiente sob a responsabilidade respectiva dos diretores de hospitais que a partir de agora poderão escolher a dedo os membros de sua equipe. Reuniões semanais para equacionar os problemas pendentes e se possível resolvê-los sem a chancela burocrática. Contratar mais 384 médicos, a fim de cobrir o déficit atual. Aumentar a carga horária dos médicos de 24 para 40 horas, estimulando maior dedicação com melhores ganhos. Reformas físicas (construção e reaparelhagem) onde se fizerem necessárias, simultaneamente com a avaliação permanente dos recursos humanos. Diálogo aberto com o sindicato da categoria, ouvindo sugestões e procurando através desse entrosamento evitar ações extremadas, como a greve. Enxugar (sem demitir) o quadro de 17 mil funcionários, dentro da fórmula "the right man in the right place" (o homem certo no lugar certo). Respeitar o paciente, acima de tudo, como pessoa humana.

Estas são algumas metas validamente am-

biciosas que englobam o agitado sonho do médico sanitário Milton Menezes, que acaba de sentar na cadeira de faquir da Secretaria de Saúde. A exemplo de seus sucessores, ele assume o cargo com um entusiasmo contagiante. Euforia inicial à parte, há uma grande diferença entre o sonho e a realidade. A burocracia e a apatia funcional emperram a engrenagem administrativa, agravada pela lâmina geral (justa) de salários baixos. A falta de tudo transforma os hospitais públicos brasilienses em ante-salas do purgatório, nos quais doentes se amontoam aos gemidos improvisando corredores em enfermarias. No HR de Planaltina, o cliente corre o risco de morrer por antecipação ao ser removido nos cacarecos que já foram ambulâncias. No HR do Gama, na falta de lençóis, os cirurgiões utilizam os seus próprios aventais brancos para cobrir os recém-operados. E essas incríveis deficiências, somadas a tantas outras, são absolutamente comuns aos 10 hospitais regionais, aos 42 centros e mais de 20 postos de saúde, onde a situação se aproxima do abismo do caos a cada dia. Mas o dr. Milton está certo na sua avaliação: é preciso fazer agora ou nunca. Ele sabe que o tempo é curto.

— Temos só um ano pela frente para conservar tudo isso.

Menezes quer exorcizar ponte áerea



Menezes: derrubando mitos

com verba da Seplan via GDF.

Por falar em pessoal, qual o quadro da Secretaria de Saúde?

— Em torno de 17 mil funcionários, dos quais três mil médicos. Mas há um déficit de 384 médicos, que deveremos contratar imediatamente em sistema de concurso. E em vez das 24 horas semanais, instituiremos 40 horas para estimulá-los, além da gratificação de interiorização para os que trabalharem nas cidades-satélites mais distantes.

Na crista da onda nacional de demissões, pretende "enxugar" os 17 mil funcionários de sua Secretaria?

— Enxugar, sim, porém nada de demitir. A estrutura está muito pesada e por isso será necessário um remanejamento, de preferência colocando as pessoas certas nas funções certas. Nós temos muita gente competente que está desestimulada. Paralelamente ao descredito gradativo externo, esse clima de desânimo contagia também o setor interno. E isso não está certo. Nosso funcio-

nário precisa acreditar de coração no nosso projeto, a fim de reverter essa situação, fazendo com que a população também se orgulhe de nossa rede de saúde que tem estrutura montada para ser uma das melhores do País.

Em outras palavras, desmentir a versão de que o melhor médico brasileiro é a ponte áerea?

— Esse será um dos nossos objetivos. A gente observa que, ao longo dos anos, o setor de saúde do DF, apesar de ter uma qualidade considerável em atendimento, foi sendo desacreditado. E precisamos resgatar essa credibilidade.

De que maneira?

— Entre outras, divulgando o que está fazendo de positivo. No Hospital de Base, por exemplo, nós realizamos atividades da mais alta complexidade, só comparados aos dos melhores hospitais brasileiros. Ali se fazem transplantes, cirurgias cardíacas, cirurgia neurológica e uma série de atividades altamente especializadas. O outro fator com que contamos para resgatar a credibilidade do público diz respeito à atual reforma, dentro da modernização e organização das instituições. Será uma reforma que começa pela base estrutural, montando-se os alicerces necessários para o futuro. Esse é um dos aspectos básicos. A Secretaria de Saúde está arrumando a casa para a população, a nível administrativo e assistencial.

Qual a base administrativa dessa reforma? — A descentralização. Não se concebe administrar uma instituição como esta de forma centralizada. Não é possível continuar a administração central de um lado e os diretores de hospitais do outro. Todos precisam ser responsáveis pelo sucesso ou fracasso da reforma. Assim, cada diretor de hospital ou de departamento terá inteira liberdade para escolher os membros de sua equipe. Ainda nessa descentralização, farão parte do Conselho de Saúde representantes das entidades de classe, dos sindicatos e representantes da sociedade organizada.

FOTOS: VALDIR MESSIAS



Nas salas de espera, rostos doentes se acumulam aguardando um atendimento sem condições de torná-los sãos

A viagem pela hora da morte

A insegurança, o pavor de se encontrarem diante da morte iminente não são sentimentos exclusivos dos doentes internados nas tristes enfermarias dos 10 hospitais regionais de Brasília. Pelo menos num deles, o HR de Planaltina, essa angústia também é vivida quase diariamente por médicos, enfermeiros e motoristas do setor de transporte daquela regional que também é responsável pelo atendimento a um Centro de Saúde e sete postos. Para remover pacientes da zona rural, o hospital público de Planaltina conta com cinco arremedos de ambulâncias, com apenas três em condições de rodar, assim mesmo só Deus sabe como. conforme o depoimento de um enfermeiro, que ainda não se refere ao susto, na semana passada foi vivido um drama compartilhado por ele, pelo motorista e o doente.

— Chovia bastante de noite quando fomos chamados para um caso de emergência no posto de Jardim, que fica a 82 quilômetros daqui. Depois de quase duas horas debaixo de temporal, conseguimos chegar até onde se encontrava uma paciente que precisava de tratamento de emergência. Porém a volta é que foi de amargar. Com a nossa ambulância entrando água por todos os lados, retornamos vivos por milagre. Por sorte, a doente não ficou sabendo totalmente do grande risco que correu.

Dos três veículos cacarecos do HR de Planaltina, o mais novo tem 800 Km rodados sem revisão de motor.

Infecção, risco cada vez maior

São 18 horas no Hospital Regional de Planaltina, 50 leitos para 80 mil habitantes residentes naquela satélite — sem contar outros pacientes que chegam de todos os lugares: da cidade mineira de Unai, das goianas Formosa e Alvorada, e até de Barreiras, município baiano que fica a 650 quilômetros de Brasília. Da média de 300 pacientes de emergência que são atendidos por dia, restam algumas dezenas no Pronto-Socorro à espera de um médico ou de uma enfermeira. Os corredores estão lotados de macas, com alguns doentes gemendo baixinho, enquanto um senhor traumatizado por acidente uiva que nem lobo.

— Infelizmente, a gente improvisa assim. Nossa Pronto-Socorro é dotado de cinco alas, porém só duas estão funcionando.

Quem nos dá a informação é o próprio diretor do hospital, o médico paulista Carlos Alberto Camargo Campos, que chegou a Brasília em 1972 e mora em Planaltina desde 80. Apesar de só ter 36 anos, ele tem uma basta cabeleira grisalha. E acaba de ganhar mais alguns fios de cabelos brancos: "estou tentando falar desde esta tarde com o diretor do HRAN e não consigo. Só temos cinco telefones para toda a regional. Já temos uma central de PABX instalada. Por que não funciona? Está faltando o cabo telefônico e a contratação de um telefonista. Só isso..."

Mas não é só isso que está faltando ao HR de Planaltina. Nas três salas de seu centro cirúrgico faltam ataduras, esparadrapo, instrumentos cirúrgicos e (o pior) anestesiastas. O quadro é de nove anestesiastas e o hospital só conta com quatro. O quadro de auxiliares de enfermagem e atendentes é de 98, mas a necessidade mínima é de 190 funcionários.

Fundado em 1976 para uma população de 26 mil habitantes, o HR de Planaltina parou no tempo e no espaço.

O DRAMA É COMUM

Da mesma forma que a sua congênere localizada no extremo norte, o HR do Gama, que fica no lado oposto, na saída sul da cidade, vive o drama comum diário de improvisar milagres para atender uma demanda cada vez maior de pacientes. Fundada em março de 1967, quando a localidade tinha apenas 30 mil moradores, hoje aquela regional é obrigada a atender uma população periférica em torno de 200 mil habitantes, incluindo pacientes de vários estados, principalmente Liziânia que é o terceiro município em densidade populacional de Goiás. Dos 470 leitos do hos-

pital, apenas 345 estão disponíveis. Na ausência do diretor, que está de férias, um médico do setor de cirurgia informa que a necessidade mínima de leitos é de 600 "para prestar um atendimento apenas razoável". E conta ao repórter o que aconteceu na semana passada, cena digna de uma Bafra:

— Para que um paciente operado não ficasse nu sobre a maca, um dos nossos médicos tirou o seu austral e improvisou de lenço.

Outro médico, que pede para não ser identificado, avisa em sinal de alarme:

— Olha, se não for tomada uma providência de emergência, nosso hospital estará inviabilizado para atender a população.

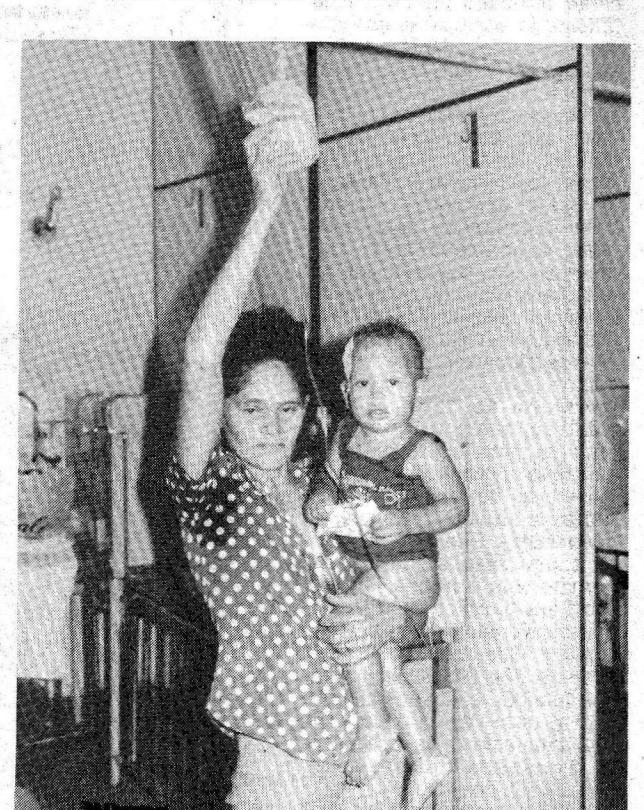
DEDICAÇÃO

Mesmo precariamente, graças em parte ao esforço pessoal de médicos, enfermeiros e funcionários "que ainda não perderam a sua sensibilidade de amor ao próximo", a regional do Gama continua prestando atendimento aos seus pacientes. Na emergência do Pronto-Socorro, a média diária é de 700 pessoas nas áreas de pediatria, assistência materno-infantil, Tisiologia (tuberculose) e ortopedia. Para estas duas últimas áreas, estão faltando chapas de Raio X e filmes. A grande preocupação do administrador do hospital, Luiz Fernando Prado, diz respeito a situação em que se encontra o luxo hospitalar que fica a céu aberto "com risco de infecção e contaminação". Ele diz que o problema já pode ter sido resolvido:

— Mas precisamos da ajuda de todos os segmentos da sociedade, principalmente de vocês da Imprensa.

O dr. Julival não deixa por menos.

— O HR da Ceilândia precisa de 1.600 leitos novos. Precisamos construir o novo hospital, que já foi projetado.



Com a falta de estrutura, a mãe teve que improvisar